

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2021 a 31/08/2021

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/29

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD 18:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Possibilidade de votação, pelo Plenário, do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Defesa de aprovação da Emenda Substitutiva Global nº 178, de 2019, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Estamos em vias de votar, no plenário, a urgência do PL 2.337/21, que faz uma revisão da Tabela de Imposto de Renda da Pessoa Física e da tributação sobre a pessoa jurídica.

Nós da Oposição estamos dialogando com o Relator e com o movimento social pela reforma tributária justa e solidária. Nosso parâmetro é a Emenda Substitutiva Global nº 178/19 à PEC 45/19, emenda que traz para a legislação brasileira a progressividade na tributação, em especial sobre a renda e o patrimônio.

O parecer do Relator ao PL do Governo, imaginem, piorou o texto. É importante manter a tributação sobre lucros e dividendos, a vedação da dedução dos juros sobre capital próprio e a revisão da Tabela do Imposto de Renda, sem uma redução tão expressiva do IRPJ, em particular das aplicações...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 2/29

81.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 04/08/2021-17:48	
Publ.: DCD 05/08/2021 -	- DANILO FORTE-PSDB -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, referente à alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um momento em que o Brasil todo tenta se reencontrar, e este reencontro se dá exatamente com base no diálogo.

Acabei de chegar da posse do novo Ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e vi um discurso muito contundente em defesa da democracia, em defesa do diálogo, em defesa da harmonização de todas as famílias brasileiras com um só objetivo: exatamente tirar o País da crise, das dificuldades que estamos atravessando, que começou com a pandemia e que se alastra agora com a economia, porque a preocupação com o emprego, com a possibilidade de erguimento das empresas e das indústrias para ofertar uma oportunidade de emprego, principalmente para os jovens, é urgente.

Essa urgência faz com que nós tenhamos muita maturidade no diálogo com o Parlamento. O Parlamento brasileiro tem uma responsabilidade muito grande, porque somos o ouvido e a voz das ruas, do povo brasileiro, que está ávido de esperança para poder garantir o sustento de suas famílias com dignidade.

Diante desse fato, nada mais importante do que avançarmos com as reformas, as reformas que precisam adequar a realidade do Estado brasileiro a este novo momento, a esta competitividade internacional, garantindo a convivência com o equilíbrio do meio ambiente, diminuindo as emissões de carbono, por causa das mudanças

climáticas que têm feito com que tenhamos uma queda hidrográfica no País, que fez, inclusive, com estivéssemos agora na bandeira vermelha, pagando energia mais cara por falta de oferta e demanda na geração de energia.

Por outro lado, também existe a busca de unidade dentro da reforma tributária. É uma reforma difícil de ser feita, porque envolve todos os entes, Municípios, Estados e União; porque envolve aqueles que querem produzir e que não podem ser penalizados mais uma vez com a sobrecarga de impostos, que já é muito alta no Brasil; e porque envolve o consumidor, o povo, que paga uma carga aviltante, e muitas vezes isso até o impede de reinvestir os seus recursos ou de ter uma poupança, tão necessária para o investimento.

Diante disso, defendo aqui a criação da Comissão Especial, exatamente no sentido de garantir um melhor debate, um maior aprofundamento das questões que estão colocadas. Não podemos votar a reforma tributária de supetão. Muito pelo contrário, temos que ter uma reforma tributária de profundidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 3/29

81.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-04/08/2021-
	CD	17:56
Publ.: DCD - 05/08/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Defesa da realização de reforma tributária progressiva, com taxação de grandes fortunas e heranças. Maior atenção para com as municipalidades brasileiras no processo de reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, fazer reforma tributária no País é tudo que nós precisamos, mas que não seja regressiva, que seja progressiva, que pegue altas fortunas, que pegue heranças, que pegue patrimônio, que melhore a condição em relação aos assalariados, em relação ao Imposto de Renda, que tenha um eixo maior de isenção em relação ao Imposto de Renda, que possa pegar, de fato, as grandes fortunas. É isso que o Brasil precisa.

Agora, nós temos que ter o cuidado para não prejudicar os nossos Municípios. Os Prefeitos estão aqui preocupados com a redução que

existe e que vai prejudicar o Fundo de Participação dos Municípios, o Fundo de Participação dos Estados. Esse debate tem que ser benfeito. Nós temos todo o interesse de fazer essa votação, conforme o nosso Deputado Afonso Florence já falou na tribuna, mas precisamos ter maiores garantias de que não seja regressiva, e, sim, progressiva, para que a parte do andar de cima pague mais, e não a parte de baixo.

Documento 4/29

81.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/08/2021- CD	19:36
Publ.: DCD - 05/08/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pela Relatora da Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 1.540, de 2021, acerca da instituição da política de bem-estar, saúde e qualidade de vida no trabalho e valorização dos profissionais da educação, ressalvados os destaques.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos sempre votou a favor da educação neste Parlamento. O Podemos é o partido que tem verdadeiramente compromisso com os professores do nosso País. Na reforma tributária, mostramos o nosso compromisso.

Queremos votar favoravelmente ao relatório da Deputada Tabata Amaral, que é comprometida com a educação no nosso Brasil e tem ajudado muito a educação no Parlamento brasileiro com suas ideias e com suas propostas.

O Podemos encaminha o voto "sim".

Documento 5/29

84.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/08/2021- CD	15:56
Publ.: DCD - 11/08/2021 - LUIS MIRANDA-DEM -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da

Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e a alteração de diplomas legais. Realização da reforma tributária.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas orienta "não" à retirada de pauta.

Acreditamos que a matéria deve ser discutida, pois é importante, sim.

Neste momento de pandemia que estamos vivendo, há muitos assuntos importantes. Dentre esses assuntos, nós precisamos urgentemente levar em consideração a inflação, que comeu o poder de compra do assalariado, do trabalhador.

Nós temos outros problemas. Poderíamos evitar que uma MP como essa tivesse que ser votada hoje para trazer mais ajuda, mais auxílio, mais dinheiro público, se estivéssemos investindo numa reforma tributária que desse poder de compra para a população, que reduzisse os preços abusivos do combustível e dos produtos. Tais preços são impeditivos do crescimento econômico, atacam o setor produtivo de forma agressiva e diminuem o poder de compra da população, trazendo mais pobreza para o nosso povo. Se nós não levarmos isso a sério, vamos continuar votando isso aqui até o final deste mandato.

Obrigado, Presidente.

Documento 6/29

84.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 10/08/2021 -
	CD	17:52
Publ.: DCD - 11/08/2021 - ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Defesa da realização de reforma tributária com ênfase no incentivo à atividade econômica.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de comentar outro tema, que está muito em voga - e a matéria deve vir para votação nos próximos dias -, que é o da reforma tributária, especificamente dos impostos de renda.

Nós temos que nos lembrar de uma equação que diz que a arrecadação do Estado é o produto entre a carga tributária e a atividade econômica. Muitas vezes as reformas estão mais preocupadas em aumentar a carga tributária do que em incentivar a atividade econômica. Quando fazemos isso, muitas vezes o produto, entre essa carga tributária e essa atividade econômica, fica com arrecadação menor, e entramos num círculo vicioso de diminuição da atividade econômica, de geração de desemprego, de violência, uma série de questões sociais que não nos interessam. Temos que focar. A reforma tributária tem que focar o incentivo da atividade econômica. Precisamos gerar emprego, precisamos entrar num círculo virtuoso de enriquecimento da sociedade.

A sociedade brasileira tem uma renda média muito baixa. Em média, 95% da população brasileira, em média, ganha até 3.800 reais. É muita gente com renda muito baixa. Isso foi provocado por sistemas tributários ruins, pelo Custo Brasil, pelo péssimo ambiente de negócios, por uma série de burocracias que atrapalham quem quer gerar emprego, quem quer gerar riqueza.

Portanto, esta reforma tributária que está vindo tem que dar atenção a esses elementos. Não dá para termos só a visão da carga tributária, não dá para acharmos, de forma míope, que, aumentando a carga, de forma ainda muito desorganizada, nós vamos conseguir melhorar a arrecadação. Não. Temos que focar aquilo que é mais nobre, aquilo que gera a inclusão social produtiva: pessoas trabalhando, ganhando seus recursos, enriquecendo e entrando num círculo virtuoso da economia brasileira. Portanto, o apelo é para que nós tenhamos uma visão empresarial, uma visão pró-mercado, uma visão que seja de estímulo à criação de empresas e à criação de empregos.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 7/29

89.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/08/2021- CD	11:40
Publ.: DCD - 13/08/2021 - SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão

art. 6º do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 125, de 2011, sobre a inserção de dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e a alteração da Constituição Federal para fins de reforma político-eleitoral. Apelo à Presidência de adiamento da votação da proposta de reforma tributária.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, mantendo o acordo da noite de ontem, nós do Republicanos votaremos "não" a essa matéria.

Desde já, quero fazer um apelo aos Líderes partidários e ao Presidente Arthur Lira para que possamos deixar para votar só na próxima semana a reforma tributária.

Eu não conheço setor da economia brasileira que tenha procurado a mim ou a algum Parlamentar defendendo o texto atual. É importante que o Relator, Deputado Celso Sabino, possa divulgar o relatório final a este Parlamento para podermos nos debruçar sobre ele, ouvir a sociedade, ouvir os setores e fazer esse debate tão importante da reforma tributária, o qual já estamos fazendo há alguns anos.

Sabemos da necessidade da reforma tributária para o Brasil, mas faço esse apelo na manhã de hoje para que essa matéria fique para a próxima semana.

Documento 8/29

89.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/08/2021- CD 11:56
Publ.: DCD - 13/08/2021 - SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Falta de ambiente político para a votação da proposta de reforma tributária.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, V.Exa. já deu a resposta ao responder ao Deputado Bohn Gass, mas o sentimento que eu percebo na Casa é o de que não há ambiente para se votar a tributária.

Documento 9/29

89.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/08/2021-
---------	--

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 46, apresentada à Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; e a alteração de diplomas legais. Inadmissibilidade de perda de receitas dos Estados e Municípios brasileiros no processo de reforma tributária.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, vai orientar "sim".

Eu queria aproveitar este minuto para dialogar com V.Exa. sobre a pauta que ainda temos no dia de hoje.

Sobre a questão da reforma tributária, nós ontem fizemos um diálogo, inclusive com o Relator. Havia informações de que se havia firmado um entendimento, principalmente com Estados e Municípios. Nós alertamos para a possibilidade de perda de recursos por Estados e Municípios. O Relator tinha ficado, inclusive, de chamar uma reunião com os Líderes para fazer alguns esclarecimentos. Esta reunião não ocorreu até agora.

O *Valor Econômico* hoje divulga uma matéria ratificando a preocupação que havíamos colocado com os Estados, em que há perdas da ordem de quase 16 bilhões de reais. Isso está no *Valor Econômico* de hoje, Presidente. Eu estou relatando matéria da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Por isso, nós vamos trazer esta matéria para hoje, Deputado Danilo.

É impossível fazer acordo com os Estados como eles querem. Não há nenhum tipo de prejuízo às contas estaduais. Agora, V.Exa., por exemplo, dizer que CSLI faz base de cálculo para FPE é de se estarrecer.

Então, o Relator vai vir, vai esclarecer, tirar dúvidas no plenário, mostrar todas as contas, os cálculos. Nós vamos ter muita paciência na

votação desta matéria, porque não há interesse desta Presidência nem desta Casa em levar prejuízo para Estados e Municípios, senão ela não viria a Plenário.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Eu estou dialogando essa questão com V.Exa. Ontem nós dialogamos, inclusive diretamente. Ficou como encaminhamento, até para que nós dirimíssemos todas as dúvidas. O relatório está tendo uma dinâmica e vários contatos foram feitos. Nós falamos ontem, inclusive com representantes da própria CNM, que também externou essa preocupação. Falei com representantes de Secretários Estaduais de Fazenda, que também colocaram essa preocupação.

É muito importante que a palavra do Relator também seja conciliada, pelo menos nos termos que estão sendo discutidos, com aquilo que está sendo colocado lá na ponta por Estados e Municípios.

Acho que esta reunião que foi programada...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Danilo, só para encerrarmos e passarmos para o tema em si, quero esclarecer esse assunto. Esta Presidência não tem nenhuma vaidade de CPF, de CNPJ, de digital em qualquer matéria que diga respeito a reformas tributária e administrativa. Ela poderia ter sido votada antes do recesso, com tranquilidade. Nós a deixamos todos os 15 dias de recesso e mais 2 semanas ao sol para que recebesse críticas. O momento, de agora para frente, não é mais de críticas nem de sugestões, é de barganhas corporativas - todo mundo quer manter privilégios -, e este Plenário, soberanamente, vai decidir na parcimônia, porque o Relator vai explicar e colocar tudo nos mínimos detalhes.

Eu penso dessa maneira, e acho que esta Casa, V.Exa., os Deputados se preocupam. Eu sou um Deputado de origem municipalista, e não teria a menor condição pessoal nem moral de colocar em votação uma matéria dessas se não estivesse convencido, consciente de que os Estados e Municípios não terão um centavo de perda de arrecadação.

Mas tem V.Exa. todo o direito, por favor.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Na verdade, é um apelo para intensificarmos ainda mais o diálogo. V.Exa. ontem teve uma atitude muito... Enfim, no debate da pauta eleitoral, nós avançamos muito, fruto do entendimento que foi firmado. Essa mesma situação nós vivenciamos no período pré-recesso. Também deixamos esse tema

exposto, chegamos aqui no plenário e, infelizmente, não havia consenso. Em algumas horas a mais, conseguimos construir esse consenso.

Então, eu queria aproveitar o exemplo que nós tivemos no debate eleitoral...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 10/29

89.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/08/2021- CD 13:56
Publ.: DCD - 13/08/2021 - WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Associação ao pronunciamento do Deputado Danilo Cabral sobre a inadmissibilidade de perda de receitas pelos Estados e Municípios no processo de reforma tributária. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 46, apresentada à Medida Provisória nº 1.045, de 2021, sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; as medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no âmbito das relações de trabalho; o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego - PRIORE; o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva - REQUIP; o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário; e a alteração de diplomas legais.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu faço minhas aqui as palavras do Deputado Danilo. Eu também tenho muita preocupação com a reforma tributária. O nosso Secretário da Fazenda de Pernambuco tem profundas divergências com o texto. Eu conversei hoje com o Deputado Mauro Filho, que é um especialista do nosso partido e desta Casa, e estamos preocupados.

Mas estamos aqui votando...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - O Deputado Mauro Filho

estava trocando uma ideia ali comigo.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Que bom!

Mas estamos votando aqui outra reforma, que é a minirreforma trabalhista, a MP 1.045/21. Então, quanto a ela, nós somos favoráveis ao destaque do PT.

Obrigado.

Documento 11/29

90.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	17/08/2021-19:00
Publ.: DCD 18/08/2021 -	- TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Importância da reforma tributária no contexto das desigualdades brasileiras. Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, acerca da alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, desde sempre, nós temos falado da importância da reforma tributária no contexto das desigualdades brasileiras.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Há um abismo entre ricos e pobres neste País de proporções continentais, Deputado Florence, e, infelizmente, nós vimos caminhando no sentido de aprovar medidas de austeridade que aprofundam este fosso, medidas que aprofundam esta desigualdade. Eu estou falando do desmonte da Previdência pública, estou falando da reforma trabalhista. Agora há pouco, nós aprovamos a MP 1.042. Esta Casa foi palco da privatização da ELETROBRAS e dos Correios, e agora nós estamos votando aquilo que teoricamente queríamos: a reforma tributária. Porém, infelizmente, o texto que está colocado é insuficiente para resolver as desigualdades do País, é insuficiente para satisfazer as demandas que estão colocadas.

O apelo que fazemos, Presidente Arthur Lira e Relator, é por um tempo maior, para que nós possamos ajustar o texto, para que este esteja, de

fato, à altura das necessidades do povo brasileiro. Há problemas, Deputado Florence, nesta matéria que podem, por exemplo, ampliar a "pejotização", diminuir a arrecadação dos Estados e dos Municípios, e nós não sabemos bem o impacto que esta matéria terá para os Estados e os Municípios.

Senhoras e senhores, a reforma tributária que esperávamos ainda não está contemplada no texto que estamos votando. Nós sabemos que, por diferentes motivos, não há consenso em relação ao texto que estamos votando, Deputado Florence, nem de um campo, nem de outro: nem da Esquerda, nem de setores do Centrão, nem da Direita. Nós precisamos retirar esta matéria de pauta e fazer mais debates. É possível chegarmos a um texto que atenda às diferentes posições aqui.

Portanto, o PSOL faz este apelo.

Documento 12/29

90.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021- CD 19:16	
Publ.: DCD - 18/08/2021 - MARCELO FREIXO-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, acerca da alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O SR. MARCELO FREIXO (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria fazer um apelo antes de qualquer coisa.

O tema da reforma tributária é da maior importância. Nós da Oposição queremos que a reforma tributária alcance e combata a desigualdade social, faça definitivamente o que nunca foi feito, que é a tributação de juros e dividendos; que seja promovido, por meio da reforma tributária, um debate para combater a desigualdade social e a desigualdade econômica deste País. Esse debate está atravancado no Plenário, Presidente.

Então, faço um apelo. O Relator, o Deputado Sabino, foi generoso no debate, atendeu a todas as bancadas, mas, evidentemente, podemos avançar ainda sobre o texto. Eu queria sugerir a V.Exa. que pudéssemos não transferir apenas os destaques, mas todo esse

debate para a semana que vem, para que ganhássemos mais tempo, mais qualidade e fizéssemos uma votação com mais serenidade do que vamos conseguir fazer hoje.

Agradeço a V.Exa.

Documento 13/29

90.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021- CD	19:20
Publ.: DCD - 18/08/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, acerca da alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Freixo propôs que nós ganhássemos um tempo para chegar ao entendimento. Temos algumas divergências nesse texto, em especial com relação a eventuais perdas que Estados e Municípios tenham, e há sempre uma dúvida sobre as contas que são feitas.

O texto tem muitos destaques, que poderão desvirtuar o equilíbrio que foi garantido por V.Exa. quando disse que, se houver perda para os Municípios, a matéria não vai a voto. Então, na dúvida se há ou não perda para os Municípios, nós vamos concordar com a fala do Deputado Freixo, com a Oposição, porque, aqui no plenário, vários pediram mais tempo para estudar o texto.

Eu me lembro de que V.Exa. foi muito incisivo na reunião de Líderes, dizendo que, se houvesse perda para os Municípios, nós não votaríamos. Para atendermos ao pedido da maioria dos Parlamentares de se reduzirem os dividendos para 10% no primeiro ano e, depois, para 20%, aí haverá perda para os Municípios. Então, nós atenderemos um lado e desatenderemos outro.

Eu sugiro, portanto, que nós concordemos com a orientação e a solicitação dos Parlamentares e, em vez de votarmos o texto hoje, deixemos os destaques para a próxima semana, deixemos toda a votação para a próxima semana, para que possamos encontrar uma solução. Se atendermos à questão dos dividendos, haverá perda para

os Municípios; se não atendermos à questão dos dividendos, não teremos votos. E os Parlamentares também não querem impor perdas aos Municípios.

É esse o dilema que nós precisamos resolver, e a conta tem que ser feita de forma transparente, para que todos tenham segurança de votar.

Documento 14/29

90.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021- CD 19:20
Publ.: DCD - 18/08/2021 - SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Atuação do orador em defesa da pauta municipalista. Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, acerca da alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, se existe alguém nesta Casa que defende a pauta municipalista, esse alguém sou eu. E acho que não podemos misturar uma reforma tributária tão importante para o Brasil, para dar contrapartidas aos Municípios e ter o apoio de parte dos Prefeitos e Prefeitas.

V.Exa. conhece como poucos o sentimento do Plenário desta Casa. Não é à toa que é o Presidente. Mas eu não conheço ninguém que defende essa reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Peço que conclua, Deputado. Já havia orientação do seu partido.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE) - Presidente, eu não conheço ninguém que esteja defendendo essa reforma.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Eu conheço quem a está defendendo.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE) - Eu faço um apelo a V.Exa. para que nós possamos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 15/29

90.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021- CD	19:24
Publ.: DCD - 18/08/2021 - MARCO BERTAIOLLI-PSD -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Avanço do parecer oferecido pelo Relator Celso Sabino ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, acerca da alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos hoje diversos Líderes com a obrigação, com a responsabilidade de orientar suas bancadas para que possamos votar corretamente no trecho que trata do Imposto de Renda.

Sou testemunha do quanto o Deputado Celso Sabino tem se dedicado, tem ouvido, tem conversado com os mais diversos segmentos brasileiros para poder construir um texto de convergência, um texto que possa atender a todas as necessidades brasileiras.

E aqui, Sr. Presidente, independentemente das questões partidárias, independentemente das questões ideológicas, sou obrigado a testemunhar que o texto avançou muito. E é preciso que todos nós tenhamos conhecimento de que mais de 16 milhões de brasileiros estarão isentos do Imposto de Renda Pessoa Física com a nova faixa estipulada por essa reforma tributária. Mais de 16 milhões de brasileiros estarão isentos.

É preciso dizer, Sr. Presidente - e agradeço ao Relator Celso Sabino -, atendendo a um pleito de diversos partidos, de diversos Deputados, que o Relator criou uma diferenciação absolutamente saudável entre as microempresas do Brasil, que são as verdadeiras geradoras de emprego. Quatro milhões e quinhentas mil empresas que são optantes pelo SIMPLES Nacional não estão incluídas na taxa dos dividendos, até porque, Líder Diego, dividendo em microempresa não é juros sobre capital, é salário. Seria uma injustiça taxarmos as micros e

as pequenas empresas - e elas estarão isentas dessa taxaço.

Além disso, há a redução tributária efetiva das micros e pequenas empresas optantes pelo Lucro Presumido. E eu não estou vendo ninguém neste plenário defender quem verdadeiramente gera emprego no Brasil, que são as micros e pequenas empresas. Nós não estamos falando de um projeto de redução de Imposto de Renda; nós estamos falando de geração de emprego. A decisão deste Plenário nesta noite não é sobre se apoio o Governo A ou o Governo B; é sobre se eu quero a geração de empregos após uma pandemia ou não, se eu quero que voltem os postos de trabalho para 15 milhões de brasileiros que estão desalentados, Sr. Presidente.

Quanto a esse ponto, eu quero dizer que o Relator Celso Sabino aquiesceu à lógica e à razão e igualou todas as micros e pequenas empresas optantes pelo Lucro Presumido com a mesma prerrogativa das micros e pequenas empresas que estão no SIMPLES. Isto é, elas terão 30% de redução no Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, 30% de redução no Imposto de Renda Pessoa Jurídica. E na taxaço dos dividendos? Zero! Nenhum centavo de taxaço nos dividendos das micros e das pequenas empresas brasileiras, sejam elas optantes pelo SIMPLES, sejam elas optantes pelo Lucro Presumido.

É muito importante que nós entendamos os avanços que foram conquistados ao longo da construção desse consenso, para que essa reforma tributária possa ser votada nesta noite.

Nós precisamos discutir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pontos concretos sobre o que nós estamos apresentando. E mais uma vez quero cumprimentar o Deputado Celso Sabino pela sua harmonia ao ouvir todos os segmentos.

Durante o dia de ontem, o Conselho Federal de Medicina - os médicos brasileiros estavam preocupados com essa taxaço - anunciou o apoio incondicional a esta reforma. O Conselho Federal de Medicina!

Vou falar de outro número, então, Presidente: nós temos 1 milhão e 100 mil empresas no Brasil, sendo que 150 mil, arredondando, são tributadas pelo Lucro Real, e 850 mil empresas, pelo Lucro Presumido. Micro e pequenas empresas estão fora dessa taxaço de dividendos. Nós estamos falando de 200 mil empresas do Lucro Presumido que faturam acima de 4 milhões e 800 mil reais por ano, Sr. Presidente. O que nós precisamos discutir são pontos específicos.

Agora, Srs. Líderes, não há só pontos positivos. Há uma emenda nossa que precisa ser acatada para melhorar ainda mais o projeto apresentado pelo Deputado Celso Sabino, que é a emenda que

estabelece que os dividendos aferidos até 31 de dezembro de 2021 possam ser quitados pelas empresas durante o exercício de 2022 sem a taxa de 20%, por uma questão lógica: esses dividendos foram aferidos quando ainda tínhamos uma alíquota de Imposto de Renda de 35%, 34% para as empresas brasileiras. A partir do momento em que ocorre a redução do Imposto de Renda, há a aferição dos dividendos, o que pode ser trabalhado porque ainda vai ser votado pelo Senado. Mas não registrar que este projeto isenta 16 milhões de brasileiros do Imposto de Renda, não registrar que este projeto isenta 4 milhões e 500 mil micro e pequenas empresas de tributação dos dividendos, não registrar que este projeto isenta 850 mil empresas que são aferidas pelo Lucro Presumido da taxa de dividendos é uma injustiça, é não reconhecer o trabalho que um colega fez durante meses, ouvindo entidades, ouvindo associações, ouvindo conselhos de classe, ouvindo profissionais.

Então, Sr. Presidente, eu pediria uma compreensão de todos para que nós pudéssemos fazer o cálculo correto dos números para aferir os benefícios que podemos ter e algum eventual não benefício, se ele existir. Mas é muito importante que nós não percamos, Sr. Presidente, a oportunidade de dar 30% de desconto no Imposto de Renda Pessoa Jurídica a todas as micro e pequenas empresas do Brasil, para que isso se reverta na geração de empregos que o Brasil precisa. Criar oportunidades de trabalho e de emprego é redução de carga tributária. Pela primeira vez nós estamos reduzindo carga tributária pela micro e pela pequena empresa no Brasil. É muito importante que todos nós estejamos atentos a essas modificações, que esse projeto seja de conhecimento público, que esse projeto seja de conhecimento de todos os Deputados e que nós não percamos esta oportunidade.

Mais uma vez reitero, Sr. Presidente, concluindo, que não se trata de defender o partido A ou o partido B, não se trata de defender a ideologia A ou a ideologia B; trata-se de defender a geração de empregos, o que nós precisamos neste momento. Se Deus quiser, estamos concluindo uma pandemia que assolou o nosso Brasil e o nosso mundo! Que possamos recuperar 15 milhões de brasileiros desempregados, desalentados, e oferecer a eles a oportunidade de uma colocação digna e justa!

Sr. Presidente, os maiores geradores de empregos deste Brasil são as micro e pequenas empresas brasileiras.

E nós precisamos passar a falar aqui não dos grandes conglomerados, mas falar de quem tem medo, falar da micro e pequena empresa, que está sendo beneficiada nesse projeto. É sobre isso que precisamos conversar.

Aqui nós temos números para apresentar: são 30% a menos no

Imposto de Renda de todas as pequenas empresas brasileiras. Isso significa gerar emprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, meu Líder Diego, pela concessão do tempo.

Documento 16/29

90.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021- CD 19:40	
Publ.: DCD - 18/08/2021 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, acerca da alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero 1 minuto, como os outros partidos também tiveram, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Não. O pessoal está mudando a orientação, Deputado Bohn Gass. Eu não estou dando tempo para ninguém.

V.Exa. vai mudar a orientação, quer o tempo de Liderança?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não. A nossa orientação é clara, mas temos que justificar por que a estamos mantendo. Todo mundo está justificando por que muda, nós queremos justificar por que estamos mantendo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Pois não. Por favor, Deputado Bohn Gass, justifique por que estão mantendo, é claro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - É só isso. Nós estamos mantendo, pessoal, a nossa orientação por quê? Porque nesse projeto vai haver a simplificação. Quando você faz a sua declaração de Imposto de Renda simplificada, você tem um desconto, caso receba 3 mil, 4 mil, 5 mil reais de salário. E você vai reduzir isso, porque vai ficar até 40 mil. Então, você vai achatar sobre o trabalhador assalariado, que vai pagar mais Imposto de Renda. Portanto, vai haver mais Imposto de Renda sobre a classe média e sobre o assalariado. Essa simplificação retirada

não é possível. É isso que tem que avançar.

Em segundo lugar, houve a promessa de aumentar a isenção, que só foi para 2.500 reais. Nós queremos uma ampliação maior da isenção da contribuição.

Sobre o lucro de dividendos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Bohn Gass, só para enriquecer o debate com V.Exa...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, esse é o debate que está sendo feito aqui. Nós precisamos dos dividendos e concordamos que os dividendos devem ser inclusive progressivos. Esse é o debate que nós temos que fazer, defendendo os Municípios, porque os Municípios têm que saber...

Documento 17/29

90.2021	Sessão Deliberativa	17/08/2021-19:40
	Extraordinária - CD	
Publ.: DCD	- ARTHUR LIRA (PRESIDENTE)-PP -AL	
18/08/2021 -		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Esclarecimento ao Deputado Bohn Gass sobre os avanços do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, acerca da alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Bohn Gass, a tabela de correção do Imposto de Renda é exatamente o contrário do que defendem alguns partidos aqui, que é manter a arrecadação de Estados e Municípios. Essa é a discussão.

Nós temos que entender que esse não é um assunto fácil. Esse é um assunto que mexe com finanças, com tributos, com modificação do sistema, com taxação de dividendos de grandes fortunas, de grandes bancos, de grandes empresas, de grandes conglomerados, de grandes escritórios de advogados, de grandes hospitais. Então, na realidade, esse assunto nunca vai ter consenso. A única coisa que ele tem que ter é retidão de discussão, mas o Plenário da Casa é soberano.

A proposta que seria correta de se fazer... Todos os partidos têm seus destaques para ajustar o texto. O conceito está certo, ninguém discorda disso. Eu ouvi aqui, muito atentamente, a fala do Deputado Bertaiolli. O que foi feito para o SIMPLES, o que foi feito para o lucro presumido, as pequenas empresas, a taxa de isenção, que não é só 2.500 reais, ela chega a 3.100 reais, ela chega até quase 6 mil reais, dependendo dos dependentes.

Nós conseguimos taxar dividendos, que é uma coisa que o Brasil não conseguiu. Muitos partidos não conseguiram, muitos Governos não conseguiram colocar isso em um texto. Nós estamos taxando fundos fechados. Nós estamos acabando com os JPC. Nós estamos fazendo um alinhamento de taxação de imóveis, de realinhamento de preço de 4%, quando hoje é 15% para se fazer o realinhamento. Então, são muitas vantagens.

Se a Casa acha que, por enquanto, precisa avançar, a proposta desta Presidência era que hoje nós votássemos, sem cores partidárias, sem lutas anteriores, sem versões políticas, o texto principal e mantivéssemos os destaques mais 8 dias, 10 dias, 15 dias, até que chegássemos a um acordo com relação aos destaques. Não há interesse desse texto em causar prejuízo para Estados e Municípios.

Nós estamos fazendo um esforço tremendo para isso, mas, se a Casa não entende que está maduro, para não cair nas armadilhas sem necessidade que um sistema como o do Brasil propõe, nós entendemos. Então, o que V.Exa. pleiteia é justo, só precisa fazer conta para lhe mostrar que isso já está dado.

O PT não tem grandes objeções, porque a pauta principal do partido de V.Exa. é a taxação de dividendos, e aqui estamos discutindo se vai escalonar dividendos, quanto se vai pagar de dividendos. Olhe quantas pessoas já estão isentas: quem recebe 20 mil por mês está isento; pequenas empresas, com faturamento até 4 milhões e 800 mil por ano, estão isentas. Agora, um escritório de advocacia, por exemplo, que fatura acima de 4 milhões e 800 mil por ano não quer pagar dividendo? Analise se isso é correto! Os grandes bancos não querem pagar, as grandes empresas não querem pagar...

Então, essa avaliação tem que ser amadurecida. Eu concordo com V.Exa. Agora, consenso neste Plenário sobre esse tema é impossível, porque a Casa vive justamente de interesses. O que precisamos fazer é simplesmente separar o que é política do que é justo, do que é correto com o Brasil.

Mais alguém quer mudar a orientação ou falar?

90.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 18/08/2021 - ORLANDO SILVA-PCDOB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, acerca da alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB quer manter a orientação "não", discutir a matéria e votar o mérito.

Nós consideramos que é importante elevar o teto de isenção do Imposto de Renda, atualizar a tabela do Imposto de Renda. Consideramos que temos que debater e aprovar a taxa sobre lucros e dividendos. É um absurdo que o Brasil seja um país que siga protegendo os lucros.

Eu quero denunciar neste Plenário, Presidente, que é necessário enfrentar esse debate. Nós temos que taxar o lucro. O Brasil não pode ser um país onde rico não paga imposto. É injusto o nosso sistema! Ele é regressivo.

Por isso, nós registramos a posição pela manutenção do debate, pela manutenção da proposta, e destacaremos os itens que nós consideramos equivocados, porque, no texto, o Relator, que foi muito atencioso, não acolheu alguns destaques, inclusive na parte da declaração simplificada. E vamos destacar para suprimir aquilo que consideramos equivocado na proposta apresentada até aqui.

90.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 18/08/2021 - CELSO SABINO-PSDB -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, acerca da

alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, 0,01% da população brasileira é o número de grandes milionários no Brasil.

No ano passado, Deputada Erika Kokay, 20 mil CPFs declararam receitas de 230 bilhões de reais totalmente isentas - 0,01% da população do Brasil recebeu 230 bilhões de reais em receitas isentas. Esse valor corresponde a quase oito vezes o orçamento anual do Estado do Pará, por exemplo. Oito vezes o orçamento do Estado do Pará inteiro, cuja máquina pública custeia todo o Estado do Pará, que tem 8 milhões de habitantes, caiu na mão de 20 mil brasileiros apenas, e esses não pagaram um centavo de Imposto de Renda sobre o que receberam dessas rendas.

Nós vivemos, sim, em um país de grandes distorções; um país em que um único CPF declara uma receita de dividendos anual de 50 milhões de reais, e essa receita não é tributada; um país que tem a maior taxa do mundo sobre a sua renda corporativa, só perde para Malta, Deputado Bibó. Malta taxa a renda corporativa em 35%, o Brasil, em 34%.

Essa proposta, que chega ao Plenário madura, que ouviu centenas de Deputados nesta Câmara, das mais diversas cores partidárias e ideologias políticas, essa proposta que chega à Câmara pretende ajustar a carga sobre a renda corporativa, reduzindo-a para 24%. Faz cair de 34% para 24%, reduzindo, assim, em 29,4% o tributo em cima de quem produz, reduzindo o imposto sobre as empresas, sobre quem gera emprego, sobre quem movimenta a economia. Faz uma redução de 34% para 24% na carga tributária de todas as empresas ativas no Brasil, no lucro real, no lucro presumido ou no lucro arbitrado. São 1 milhão e 100 mil as empresas, Deputado Alexis, que poderiam sair hoje deste Plenário com a redução da sua carga tributária aprovada pela Câmara em 29,4%.

Vamos cobrar o dividendo! O mundo todo o cobra quando um sócio retira dinheiro da empresa para custear suas despesas pessoais. É muito 20%? E por que o trabalhador, por que o assalariado, por que o funcionário dessas empresas precisa pagar 27,5%, Deputado Coronel Tadeu, de Imposto de Renda, e o sócio, quando retira o seu lucro, o seu dividendo, não pode pagar 20%? O mundo inteiro cobra. A média da OCDE é de 20% a 40%. O Brasil iniciará a cobrança tributando em 20%.

Eu, pessoalmente, fiz os cálculos para centenas de empresas. Fiz a apuração contábil e vi o que cada empresa teria a pagar e também o que o sócio iria pagar, quando recebesse os lucros e dividendos distribuídos. Em todas haveria redução de carga.

Há muitas versões sobre a taxação de dividendos. Um dos principais erros é aplicar a alíquota do dividendo sobre o faturamento da empresa. É um absurdo! Outro principal erro é aplicar a alíquota do dividendo sobre o lucro total da empresa. É outro absurdo! O que incide sobre o lucro total da empresa é o Imposto de Renda e a CSLL, que nós estamos reduzindo. O lucro, o imposto sobre o lucro e dividendo incidirá sobre o lucro e dividendo recebido que for distribuído.

E há empresas que nem distribuem lucros e dividendos, há empresas que distribuem um percentual muito pequeno do seu lucro, o que prova que o que o Governo vai arrecadar com lucros e dividendos não paga a metade do custo para o Governo da redução da alíquota do IRPJ e da CSLL.

Nós estamos, no Brasil, pela primeira vez nos últimos 40 anos, com a oportunidade de reduzir a CSLL e o IRPJ das empresas. Nunca foram reduzidos. Pela primeira vez, a Câmara dos Deputados, se sensata for - e eu tenho a convicção de que a ampla maioria dos Deputados desta Casa é sensata -, vai reduzir o imposto no Brasil.

Fala-se em reforma tributária há 40 anos no Brasil, Deputado, com argumentos irrefutáveis: carga tributária muito elevada, muita burocracia, uma imensidão de tributos. E nunca se fez nada, efetivamente, para mudar isso!

Há 40 anos o discurso é muito bonito: burocracia, alta carga tributária e muito tributo. O que foi feito ao longo de 40 anos em relação a uma ampla reforma para se reduzir algum tributo no Brasil? Absolutamente nada.

Acertada, sim, foi a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados e do Presidente do Senado, que decidiu fatiar a reforma para discutir os tributos que incidem sobre a renda em uma ocasião e os tributos que incidem sobre o consumo em outra ocasião. E tramita já na Casa, Deputado Luiz Carlos Motta, o projeto sobre a CBS. E o que trata dos tributos que incidem sobre o patrimônio será discutido em outro momento. Essa decisão fez com que a reforma efetivamente caminhasse, e hoje já está na pauta da Câmara dos Deputados a primeira delas, que é a reforma dos tributos que incidem sobre a renda, com a oportunidade efetiva de reduzir os tributos no País.

Além disso, essa medida beneficiará 100% das empresas ativas no País, 1 milhão e 100 mil empresas, que estão no lucro real, no lucro

presumido e no lucro arbitrado, com uma redução de 29,4%. Além disso, dessas 1 milhão e 100 mil empresas, 940 mil estão no lucro presumido. Dessas 940 mil, 847 mil empresas, a ampla maioria, estão no lucro presumido e têm um faturamento de até 4 milhões e 800 mil por ano. Além da redução dos tributos que todas as outras terão, os sócios dessas empresas que faturam até 4 milhões e 800 mil por ano, que são a ampla maioria, ou seja, 80% de todas as empresas ativas no País, terão isenção dos dividendos quando receberem de suas empresas. É um benefício na veia do micro e pequeno empresário brasileiro: redução de 29,4% dos tributos sobre a empresa e isenção dos dividendos quando o sócio retirar o dividendo.

Além disso, Deputada Erika Kokay, para que não haja perda para as entidades filantrópicas que recuperam recursos, que atraem capital dos recursos destinados pelo Imposto de Renda das empresas, para que elas não tenham perdas e redução da possibilidade de arrecadar, nós estamos multiplicando pela mesma medida que estamos reduzindo o Imposto de Renda. Para não reduzir, por exemplo, o que pode arrecadar as entidades que atuam no apoio ao esporte, no tratamento do câncer, no apoio ao idoso, ao adolescente, à cultura, todos foram contemplados.

Além disso, as empresas que estão no SIMPLES Nacional e os sócios que receberem dividendos também estarão isentos dos dividendos que serão distribuídos entre os sócios. Além de beneficiar diretamente 847 mil empresas das 1 milhão e 100 mil ativas no Brasil, com a isenção dos dividendos pelos sócios, nós estamos também permitindo que 16 milhões de brasileiros, os de menor renda, os de menor capacidade contributiva, os que menos recebem, possam ficar isentos do Imposto de Renda. São 32 milhões que apresentam declaração de Imposto de Renda anual, e metade, 16 milhões, os menores, os pequenos, os que têm menos renda não precisarão mais pagar Imposto de Renda no Brasil no dia em que esse projeto for aprovado e sancionado.

Além de beneficiar os de menor renda, as micro e pequenas empresas, os que movem a economia deste País, os que mais geram empregos, vamos também dar um forte impulsionamento para a economia, porque vamos dizer para os grandes, para as grandes empresas que têm altos lucros: *"Deixe o dinheiro reinvestido na empresa. Crie uma nova fábrica, lance um novo prédio, construa um novo shopping, porque você vai ter redução do seu imposto. Quer retirar, para pagar seu condomínio, seu plano de saúde, a escola do seu filho; então vai pagar 20%?"* E ainda é menos do que os outros brasileiros pagam. Essa é a ideia que estamos passando.

Pela primeira vez, em 40 anos, vamos reduzir impostos no Brasil. Segundo: reinvesta! Reinvesta porque você terá desconto no imposto da sua empresa! Terceiro: os de menor capacidade e menor renda ficarão

isentos.

É claro que existem muitas versões que circulam sobre esse projeto. Mas essas palavras são as que estão escritas no texto. Esse é o fato; as versões são diversas. E há também - e é justo falar - muitos *lobbies* atuando contra esse projeto. Talvez haja uma pessoa que vai pagar mais imposto, sim. Por exemplo: uma pessoa que recebe 50 milhões, 1 milhão, 500 mil ou 800 mil por mês, hoje, não paga nada. Provavelmente, para essas pessoas haverá aumento de carga. Mas, para a ampla maioria dos brasileiros, haverá forte redução de carga. Para os pequenos, haverá isenção.

Então, este é o momento de refletirmos. Este Relator está 100% à disposição de cada um dos 513 Deputados desta Casa, de todas as bancadas partidárias. Vamos continuar o trabalho. Vamos aperfeiçoar o nosso relatório naquilo que for possível e que não se gere também uma contribuição para o aumento do déficit fiscal. Nós vivemos em um País que precisa ter credibilidade internacional. Mas nós permanecemos à disposição.

Eu entendo a posição dos Srs. Líderes de debater ainda mais essa proposta. Várias sugestões foram atendidas hoje.

Quero aqui destacar o amplo diálogo que tenho mantido com o Deputado Afonso Florence, pela Liderança do PT, por meio do qual avançamos, por exemplo, com a retirada do PAT; no reajuste dos percentuais que podem ser doados a entidades filantrópicas; não só com o fim da dedutibilidade do JPC, mas também com a extinção dele. Avançamos, por exemplo, no fim da isenção dos lucros e dividendos. E avançamos também em diversas outras pautas propostas pelo Deputado Afonso Florence.

Algumas pautas também foram propostas pelo Deputado Bertaiolli, do PSDB; pautas foram propostas pelos representantes das microempresas, trazidas pelo Deputado Efraim, do DEM; outras pautas foram atendidas, a exemplo das trazidas pelo setor de serviços e pelo setor de comércio das micro e pequenas empresas, todas também trazidas pelo Deputado Efraim, do DEM. E houve pautas como, por exemplo, a da isenção de dividendos entre grupos econômicos, entre coligadas, que era de 20% e colocamos até 20%, atendendo às demandas do Deputado Cury, do PSDB, e da bancada do PSDB. Atendemos a demandas para ajustar o texto em relação à Frente Parlamentar Mista da Agricultura, quando fizemos diversas alterações também.

Mas este Relator segue firme, acreditando que está redigindo um texto que vai mudar a estrutura tributária do País, reduzir a carga tributária, mudando a sua direção, beneficiando aqueles que têm menor renda,

taxando sim as altas rendas.

E nós vamos continuar nosso trabalho para aprimorar o texto. Sigo à disposição de todas as bancadas e de todas as Lideranças, para que nós possamos trazer um texto maduro.

O consenso é muito difícil alcançarmos, pois os interesses são muito grandes, há muitos *lobbies* trabalhando, como disse há pouco, mas vamos buscar a maioria, para que chegue à sociedade brasileira a mensagem de que a Câmara dos Deputados se preocupa com a micro e pequena empresa, que são a grande maioria das empresas no Brasil, que a Câmara dos Deputados se preocupa com aqueles de menor renda no nosso País, buscando deixá-los isentos.

Presidente, muito obrigado pela concessão deste tempo. E vamos seguir com a pauta.

Documento 20/29

90.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/08/2021- CD	20:00
Publ.: DCD - 18/08/2021 - SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Celso Sabino, Relator do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, acerca da alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero só parabenizar, em nome do Republicanos, pelo gesto o nobre Relator, o nosso Deputado Celso Sabino.

É importante reconhecer todo o esforço que ele fez ao longo do processo, dialogando com todos os canais institucionais de participação, com o mercado, com a sociedade, mas eu acho que o Parlamento, na noite de hoje, dá um sinal de que este texto precisa ser mais bem discutido. Nós observamos o total desprendimento do Relator para que possamos nos aprofundar nessa discussão.

Então, eu quero, Relator Celso Sabino, parabenizar V.Exa. Acho que precisamos ampliar cada vez mais o diálogo.

E, sob a sua Presidência, Presidente, eu tenho certeza de que vamos, ao final, construir uma reforma tributária, um texto que seja fundamental para o Brasil avançar.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 21/29

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-13:32
Publ.: DCD - 19/08/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Emenda Substitutiva nº 20, de 2019, a respeito da criação do imposto único nacional sobre a movimentação ou transmissão de valores de créditos, e de direitos de natureza financeira, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos em um momento em que falamos muito sobre a reforma tributária. Eu volto a insistir em que a reforma tributária adequada ao nosso País é uma reforma simplificada. (*Exibe documento.*)

O grande problema que nós temos no País é a não emissão de nota fiscal. Então, não adianta reforma que dependa de nota fiscal.

A proposta do Deputado Marcos Cintra, de 2,5% no crédito e no débito das transações financeiras, soluciona esse problema e permite acabar inclusive com a nota fiscal. A nota fiscal não seria mais necessária.

Agrego a essa proposta o que o Ministro Paulo Guedes chama de "pacto federativo": 30% para a União, 30% para os Estados, 30% para os Municípios e 10% para o Congresso Nacional, para destinar a políticas de combate a desigualdades.

Além disso, para que o dinheiro tramite adequadamente, compras acima de mil reais se dariam somente por processo digital, e acabaríamos com as notas grandes que temos no País, porque já ocorreram vários problemas com elas. Nós temos aí "cueca de dinheiro", "mala de dinheiro", "apartamento de dinheiro".

Nós precisamos dar transparência ao sistema. Com uma proposta

como essa, ninguém mais teria débito com o Fisco. Tudo seria simplificado. Teríamos também a possibilidade de isentar os mais pobres, como as mulheres beneficiadas com o Bolsa Família - aquele CPF não pagaria. Além disso, acabaríamos com o contencioso tributário brasileiro.

Eu queria também mostrar essa pesquisa feita pelo SIMPI, através do Datafolha, em que ele resumiu da seguinte forma essa proposta a que me referi:

Uma das propostas de reforma tributária em avaliação no Congresso propõe que todos os impostos, taxas e contribuições, incluindo a parte trabalhista, sejam substituídos por duas taxas: uma de 2,5% em tudo o que a empresa compra e uma de 2,5% em tudo o que a empresa vende.

Essas taxas seriam recolhidas independentemente de o empresário comparecer aos órgãos de recolhimento.(Exibe documento.)

Setenta por cento dos entrevistados pela pesquisa do Datafolha são favoráveis a um tipo de proposta de reforma tributária como essa, que cobra dos ricos e não cobra dos pobres. Quando pega a empresa do dirigente, é maior ainda a proporção de pessoas favoráveis a esse tipo de reforma.

A Emenda Substitutiva nº 20 simplifica o sistema tributário brasileiro e manda mais recursos para Municípios e Estados, além de mandar 10% para o Congresso, através da Comissão Mista de Orçamento, para combate às desigualdades.

Essa é a reforma tributária de que nós precisamos.

Muito obrigado.

Documento 22/29

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-13:44
Publ.: DCD - 19/08/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à mobilização nacional de servidores públicos contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de realização, pelo Poder Executivo, de reforma tributária solidária,

progressiva e democrática.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje é o dia nacional de mobilização dos servidores públicos contra a PEC 32.

Essa proposta de reforma administrativa - que não reforma nada, que não entrega nada à sociedade brasileira, que não trata da administração pública, que apenas pune os servidores públicos - precisa ser rejeitada. De preferência, ela deve ser retirada, e não votada por esta Casa.

É um projeto completamente desconectado da realidade do Estado brasileiro, o qual avançou em políticas públicas. Agora, elas estão sendo desconstruídas pelo Governo Bolsonaro. Não há mais Ministério do Esporte, não há mais Ministério da Cultura. As políticas em saúde estão sendo defenestradas. Os CAPS já não têm mais recursos para funcionar e da mesma maneira ocorre com os centros odontológicos. As Prefeituras já não querem receber ambulâncias do SAMU porque elas próprias têm que montar as bases de sustentação dessas estruturas.

O Estado brasileiro não está carcomido pela folha de pagamento. Ele está adulterado pela dívida pública, pelo orçamento basto, pela concentração fiscal na União. A verdade é que o Poder Executivo, neste momento, deveria tratar de fazer uma reforma tributária solidária, progressiva, democrática entre os entes da Federação, mas a concentração persiste.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a PEC 32 acaba com o concurso público. Na verdade, abrem-se mais quatro portas de entrada, gerando o maior trem da alegria, o trem da alegria bolsonarista. Bolsonaro quer a indicação para cargos públicos sem concurso - é o que está na PEC - , favorecer a corrupção, favorecer o clientelismo. E é ele quem disse que não haveria corrupção nem clientelismo. É um governo corrupto, que quer fazer trem da alegria pela PEC 32. Já queria fazer isso ontem com a medida provisória.

Nós sabemos também que a PEC acaba com a estabilidade. Acabar com a estabilidade? A estabilidade não é privilégio, mas uma necessidade do Estado brasileiro para que o servidor cumpra os preceitos constitucionais e não seja obrigado a fazer algo errado. E foi isso o que nós vimos com o irmão do Deputado Luis Miranda. Eles querem quebrar a estabilidade e levar a insegurança jurídica aos servidores públicos do Brasil; querem ainda "voucherizar", privatizar, criar o Estado patrimonialista, pré-getuliano. É isso o que eles querem!

Mas não vamos admitir que o Estado seja privatizado.

Viva a luta dos servidores pelo Estado soberano! Não à PEC 32! Ela precisa ser rejeitada *in totum*...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 23/29

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-14:32
Publ.: DCD - 19/08/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de realização de reforma tributária. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, nossa manifestação de hoje versa sobre algo interessante. Estaremos a votar a reforma tributária e, paralelamente, a PEC 32.

A PEC 32 explicita exatamente o alvo perseguido pelo Governo Bolsonaro. Deveria ser uma modernização, sem precarizar o vínculo e as relações do funcionalismo público federal, revitalizando, fortalecendo o serviço público, para que ele estivesse à altura da produção das políticas públicas sociais que o nosso povo merece. No entanto, essa PEC destrutiva e criminosa joga por terra a perspectiva, a possibilidade de modernização do serviço público federal. Isso demonstra claramente que a renda do mundo do trabalho, seja no mercado, seja nos entes públicos federados, está sendo deslocada para um sistema brutal de concentração de renda e de oportunidades.

Do outro lado, a reforma tributária deveria ser a primeira reforma a ser feita neste País, para sinalizar onde teríamos que buscar recursos na aplicação dos impostos federais, neutralizando a relação dos Estados, Municípios e União. Poderíamos, então, buscar progressivamente um sistema tributário justo, eficaz, capaz de disponibilizar recursos financeiros aos entes federativos, que deveriam estar, a partir daí, fortalecendo as suas posições no pacto federativo, para ampliarmos as

políticas públicas de emancipação do nosso povo.

Ao que parece, não alcançaremos isso. Perderemos essa oportunidade devido a um governo antipovo, um governo que só tem olhos para o mercado e para a especulação.

É por isso que voltamos a dizer: fora, Bolsonaro!

Documento 24/29

92.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/08/2021- CD 11:20	
Publ.: DCD - 20/08/2021 - AFONSO FLORENCE-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PT a respeito do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, do Poder Executivo, referente à alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Apresentação, pelos partidos opositoristas, da Emenda Substitutiva Global nº 178, de 2019, à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional. Apresentação ao Governo Federal, pelos partidos da Oposição, de sugestões para a reforma tributária progressiva.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todo o povo brasileiro que nos acompanha, uso o tempo da Liderança do PT e quero agradecer ao Líder Bohn Gass a oportunidade de usar esta tribuna para deixar nítida a posição do Partido dos Trabalhadores com relação ao PL 2.337, que faz a revisão da tabela do Imposto de Renda.

Nós do PT temos uma trajetória de décadas pela implantação no Brasil de uma estrutura tributária justa e solidária, que contribua para o financiamento do Estado brasileiro, das políticas públicas e para a construção de uma ordem social com menos desigualdade, enfim, que seja justa. Nós sabemos que o Brasil é um dos países com a maior desigualdade social e com a estrutura tributária mais regressiva do mundo, supertributando assalariadas e assalariados, através da tributação no consumo, sem a devida tributação sobre a renda, sobre o patrimônio, sobre a fortuna, sobre a herança dos muito ricos. Cumpriu e ainda vem cumprindo papel importante na estruturação da legislação tributária brasileira a isenção sobre os lucros e os dividendos, a possibilidade de dedução dos juros sobre capital próprio e uma sistemática de revisão da tabela do Imposto de Renda da Pessoa

Física - IRPF, sempre defasada, com faixas que não tributam adequadamente os altos salários, os grandes salários.

Eu vou me reportar exclusivamente à atual Legislatura, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Em 2019, foi protocolada na Casa a PEC 45 e, no Senado, a PEC 110. Ambas incidem sobre os tributos indiretos: PIS/COFINS, contribuições federais que não são compartilhadas com os entes subnacionais; ICMS, o principal tributo que arrecadam, por exemplo, os Estados.

Nós do PT e os partidos de oposição apresentamos o que eu não tenho a menor dúvida de caracterizar como a única proposta a tramitar na Casa que patrocina a justiça tributária: a Emenda Substitutiva Global nº 178 à PEC 45. Aqui, eu quero saudar e parabenizar todo o movimento por uma reforma tributária justa e solidária. A Emenda nº 178 ficou conhecida como proposta de reforma tributária justa, solidária e sustentável, porque ela também propõe a constitucionalização. Além da tributação progressiva sobre a renda e o patrimônio, ela inclui componentes da sustentabilidade ambiental.

O Governo não tinha proposta. Em 2020, o Governo enviou o PL 3.887. Esse PL unifica - ainda tramita na Casa - as contribuições PIS/COFINS e PASEP, criando a CBS e instituindo uma majoração tributária para uma média de 12% do que hoje é um tributo de 4,5%. Este projeto também não andou, e, agora em 2021, o Governo mandou o PL 2.337, que tramita na Casa.

Nós do PT e a Oposição, juntos, protocolamos um conjunto de emendas, preparamos destaques, para continuarmos a trabalhar como trabalhamos na oportunidade das PECs 45 e 110 na linha da progressividade tributária.

O PL 2.337 tem avanços que nós consideramos conquistas do movimento por uma reforma tributária justa e solidária e conquistas dos partidos de oposição. Aqui, eu quero saudar o Líder Marcelo Freixo e o Líder Alessandro Molon, da Minoria e da Oposição; cada partido de oposição e os Parlamentares de centro, que, inclusive, assinaram a Emenda Substitutiva Global nº 178, na oportunidade da PEC 45. A Emenda nº 178 é da reforma tributária justa, solidária e sustentável.

No PL 2.337, como eu disse, há conquistas do movimento por uma reforma tributária justa e solidária e há conquistas dos partidos de oposição. Ele reinstitui a tributação sobre lucros e dividendos, veda a dedução do juro sobre capital próprio, o JCP, e faz a revisão da tabela do Imposto de Renda, subindo a faixa de isenção para 2.500 reais, que hoje é de 1.903 reais.

A revisão da tabela do Imposto de Renda está na ordem de 30% na faixa de isenção, mas somente em torno de 13% nas outras faixas. Portanto, ela também não é progressiva.

Além disso, o texto que veio para o Plenário trouxe instrumentos que permitirão o planejamento tributário, fazendo com que empresas que teriam de estar obrigadas a pagar lucros e dividendos pudessem planejar, principalmente quando fazem parte de uma *holding* familiar. Isso daria um caráter de inefetividade à tributação sobre lucros e dividendos e seria um dispositivo inócuo.

Em relação a essa novidade que é a tributação de lucros e dividendos, há obviamente uma pressão muito grande, normalmente por parte dos setores produtivos que terão que contribuir e hoje não são tributados. O Relator do Governo começou a ceder, reduzindo as alíquotas do IRPJ, o que impacta na arrecadação de Estados e Municípios.

É claro que nós da Oposição, do PT, também queremos uma reforma tributária neutra. Entretanto, a redução de alíquotas da forma como foi apresentada ocasiona uma perda muito expressiva para Estados e Municípios.

Eu vou exemplificar. O projeto original propõe a tributação de distribuição de lucros e dividendos na alíquota de 20%, e o texto que está em Plenário dá isenção no SIMPLES Nacional. Essa declaração simplificada do SIMPLES Nacional abrange empresas pequenas com faturamento de até 4 milhões e 800 mil reais.

Nós não somos contra as pequenas e microempresas, contra o SIMPLES Nacional, mas não podemos ter como solução tributar os assalariados e as assalariadas, que é o que o texto faz. Como solução, ele estipula um teto para a declaração simplificada do Imposto de Renda da Pessoa Física, que hoje não tem teto. Então, na faixa grande de assalariados e assalariadas, eles serão obrigados a abrir mão da possibilidade da declaração simplificada do IRPF.

Isso vai obrigar uma migração de assalariados e assalariadas que hoje podem optar pelo SIMPLES, pela declaração simplificada, para a PJ, porque há uma redução expressiva da alíquota da pessoa jurídica. Isso vai impactar na arrecadação de Estados e Municípios. Então, o trabalhador e a trabalhadora vão pagar mais imposto, e Estados e Municípios vão perder tributos.

O Governo, no texto, propõe reduzir contribuições. Existe outro projeto, o PL 3.887, que trata das contribuições, que é um tributo indireto, e vem depois. Por isso, a proposta do Governo de reforma fatiada é ruim.

Está no noticiário que o Governo está topando dialogar com a

Oposição.

Reitero o meu agradecimento aos Líderes que em mim depositaram confiança. Hoje eu devo concluir a elaboração dos tópicos e submeter aos Líderes da Oposição, para nós sentarmos com o Governo.

Queremos tributar lucros e dividendos, queremos extinguir juro sobre capital próprio, queremos fazer uma revisão da tabela do Imposto de Renda, mas isso não pode ser uma sobrecarga para assalariados e assalariadas e para Estados e Municípios.

Por isso, essa lista de tópicos que os partidos da Oposição devem apresentar ao Governo terá foco na progressividade tributária. Tem que haver mais alíquotas na tributação sobre lucros e dividendos. Não pode haver escapatória no juro sobre capital próprio. Ele não pode ficar condicionado à tributação sobre minério, sobre recursos hídricos.

Documento 25/29

92.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/08/2021- CD	12:56
Publ.: DCD - 20/08/2021 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Trajetória política do orador. Retrocesso da agenda política, social e administrativa do Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio às propostas governamentais de reformas tributária e administrativa. Envolvimento do clã Bolsonaro em escândalos de corrupção. Decepção do povo brasileiro com a atuação do Presidente da República. Convocação dos trabalhadores e da sociedade em geral para as manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro, organizadas pelo Movimento Brasil Livre, em conjunto com o Vem Pra Rua, o Livres e outras organizações, no dia 12 de setembro de 2021.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu iniciei a minha vida de militância política em 2013, com um canal no Youtube. Meu primeiro tema foi o Programa Bolsa Família, um debate que tinha sido suscitado pelo meu professor de história em sala de aula.

Vendo as manifestações de 2013, eu comecei a perceber que os cidadãos podem ter um papel ativo na política de promoção da mudança da realidade política e histórica do País e fazer alguma diferença. Ainda que as manifestações de 2013 não tenham tido nenhum resultado prático, como um ganho de política pública ou uma

grande vitória política, serviram para mostrar que gente comum pode ir para a rua, gente comum pode pautar a política brasileira, pode colocar medo, inclusive, na classe política, quando lota as ruas e quando demonstra sua vontade.

De lá para cá, vivi uma trajetória conturbada, por assim dizer, fazendo a caminhada de São Paulo para Brasília para protocolar o pedido de *impeachment* da Dilma, fazendo acampamento aqui em frente para cobrar de cada Parlamentar o seu voto. Fui atropelado, apanhei na rua, tomei processo, numa jornada longa, resguardando sempre o cuidado com a minha família diante de todos esses ataques, de todas essas ameaças.

E todo esse processo histórico das manifestações, infelizmente, culminou na eleição de Jair Bolsonaro. Jair Bolsonaro é alguém que nunca participou ativamente do processo de *impeachment*, nunca esteve nas reuniões que nós fazíamos aqui ao lado, na Liderança do Democratas, sobre o comitê do *impeachment*, para estipular, para virar votos, para fazer efetivamente o *impeachment* acontecer. Nunca foi um sujeito muito ativo, nem nas manifestações. Nunca ajudou nenhuma organização. Só fazia campanha desde 2014. Em 2018, já estava em pré-campanha, logo que se reelegeu Deputado Federal. Mas acabou tomando os créditos por esse momento histórico, por esse movimento histórico, por esse surgimento de uma nova Direita.

Hoje, esse sujeito, que havia prometido entregar, primeiro, reformas, liberalismo econômico, uma reforma tributária, uma reforma administrativa, privatizações, abandonou completamente essa agenda de reformas para adotar uma agenda de retrocessos - nós estamos andando de marcha a ré -, criando empresa estatal sem nenhuma justificativa razoável. Em vez de mandar uma reforma tributária para simplificar o Sistema Tributário, está criando novos tributos, tornando mais complexo o Sistema Tributário, mandando aumento de imposto no meio da crise, dizendo hoje, inclusive, que a gasolina está barata, quando o preço dela está num dos patamares mais altos que já atingiu.

Qualquer um que vá ao posto de gasolina e pague a própria conta, diferentemente do Presidente da República - acho que faz uns 30 anos que ele não paga a própria gasolina, sempre sendo Parlamentar e passando na cota -, vê a diferença, vê o custo real, de fato, na ponta.

Quanto à reforma administrativa, ele não teve coragem de enviar uma que incluísse o topo, a elite do funcionalismo público. Mandou uma reforma só para a base. Felizmente, nós estamos conseguindo mudar esse texto aqui na Câmara dos Deputados.

Quanto à agenda de combate à corrupção, nem se fala: o Presidente da República voltou completamente o canhão do Estado, o canhão da

máquina pública, para proteger a si mesmo e aos próprios filhos dos escândalos de corrupção em que eles se envolveram, seja limitando delação premiada, seja sancionando o juiz de garantias, coisa que nenhum Governo petista tentou fazer. O Governo Bolsonaro conseguiu implementar e sancionar o juiz de garantias, por meio de uma emenda que, aliás, foi do PSOL. O Bolsonaro, que sempre se diz um grande combatente da Esquerda, sancionou um dos projetos mais importantes que partiram da Esquerda - no caso, um que partiu do PSOL. Aprovou a Lei de Abuso de Autoridade, uma bandeira histórica de Renan Calheiros no Senado, para perseguir policiais, promotores, juízes que combatem a corrupção. Tentou extinguir o COAF via medida provisória. Nomeou Augusto Aras para a Procuradoria-Geral da República. Nós não vemos nenhum político corrupto sendo investigado, sendo preso, sendo denunciado. A PGR praticamente não existe, encontra-se absolutamente inerte.

Muitas das pessoas que eu vejo, infelizmente, perdendo a esperança por causa dessa decepção, por terem depositado no Presidente da República a esperança de ver um país diferente, um país melhor, estão hoje completamente inertes. A rejeição do Presidente da República está no ápice, está batendo seu pico agora, mas as pessoas estão anestesiadas, estão com o sentimento de que não conseguem mais mudar nada.

Por isso, eu pergunto para aqueles que estão nos ouvindo agora: vocês desistiram? Desistiram da vida de vocês, da família de vocês, dos amigos de vocês, dos valores em que vocês acreditam, que vocês defendem? Vocês desistiram de tentar fazer do Brasil um país desenvolvido? Vocês desistiram de tentar ter uma vida digna neste País? Vocês desistiram de tentar estudar, de tentar trabalhar, de tentar defender este País de uma minoria corrupta, patrimonialista, quadrilheira? Vocês desistiram, vão deixar o País ao léu?

Aqueles que ainda não desistiram, aqueles que ainda têm esperança de promover mudança, aqueles que ainda têm esperança de nós sairmos desta falsa polarização entre Lula e Bolsonaro, aqueles que ainda têm a crença de que nós podemos mudar os rumos da história do País, tomando as ruas e dando um recado definitivo para o Congresso Nacional, eu convoco para as manifestações que o Movimento Brasil Livre, o Vem Pra Rua, o Livres e outros movimentos estão organizando para o dia 12 de setembro. Se você ainda acredita que existe alguma esperança de o País sair deste caos, deste pandemônio em que nós fomos enfiados por um Presidente da República que traiu e destruiu a Direita brasileira, venha se encontrar conosco em 12 de setembro nas ruas.

94.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/08/2021-
CD 19:24

Publ.: DCD - 25/08/2021 - LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Prioridade de Parlamentares na incitação à instabilidade política, na geração de intrigas e divergências, em detrimento da busca de soluções para a grave crise socioeconômica instalada no Brasil. Estagnação da economia brasileira. Necessidade da criação de projetos destinados à reativação do desenvolvimento econômico do País. Prejuízos causados por intempéries climáticas à agricultura do Estado do Paraná. Defesa de reunião de representantes do setor agrícola com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, destinada ao debate de alternativas para os agricultores paranaenses. Reflexos dos constantes reajustes nos combustíveis sobre o setor de logística, e nos preços de alimentos e do gás de cozinha. Existência de 14 milhões de desempregados no País. Necessidade de apresentação pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de projetos de desenvolvimento econômico para a geração de emprego e renda no País. Votação pelo Congresso Nacional de relevantes projetos destinados ao combate à Covid-19 e seus efeitos. Realização da reforma previdenciária. Concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Defesa de realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. LUIZÃO GOULART (REPUBLICANOS - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho acompanhado alguns movimentos nesta Casa e tenho ficado muito preocupado com a ação de diversos colegas que, em vez de buscarem soluções para os problemas, procuram incitar a instabilidade, a confusão, as brigas. Isso não beneficia o nosso País, não traz soluções para os problemas. A função principal do Legislativo é buscar consensos, é buscar estabilidade, é buscar soluções, e não promover intrigas e divisões.

Nossa economia está patinando desde 2015. Desde 2015 a nossa economia não cresce. Tínhamos expectativas com a pleito de 2018 e a eleição de novos Governadores e Presidente, depois de tantas intrigas, confusões, instabilidades e saída de Presidente por *impeachment*. Infelizmente, o ano de 2019 ainda foi de frustração. Em 2020 veio a pandemia. Estamos em 2021, ainda combatendo a pandemia e seus efeitos. Precisamos de projetos para reativar a nossa economia, para fazer o nosso País crescer, gerar emprego, gerar renda, mas estamos percebendo um conflito que não traz benefícios para a nossa população.

Temos ainda contratempos na nossa agricultura. Percorri recentemente o interior do Estado do Paraná, onde as lavouras já vinham sofrendo com a estiagem prolongada, e então vieram as fortes geadas. Das lavouras de milho da segunda safra no Paraná, por exemplo, mais de 50% estão perdidas, primeiro por conta da estiagem e, depois, por conta das fortes geadas. As pastagens foram devastadas. Até o trigo, que é uma lavoura de inverno, vai ter uma perda de 20% a 30%, segundo dados da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. E ainda há o perigo das queimadas.

Os agricultores estavam se preparando para colher e para fazer agora a plantação. Tenho defendido, na Comissão de Agricultura, da qual faço parte, que devemos procurar a Ministra Tereza Cristina para buscarmos uma alternativa para os nossos agricultores, um refinanciamento, e um socorro principalmente para os agricultores familiares, que tiveram enorme prejuízo e dificilmente vão ter condições para preparar a nova safra. E isso acontece não só no Estado do Paraná, mas também em toda a Região Sul e até em parte do Sudeste. Esses, sim, são problemas que necessitam de soluções. Acredito que a Ministra Tereza Cristina vai nos ajudar a encontrar uma boa alternativa.

Então, Sr. Presidente, a nossa população está sofrendo. Temos dificuldades para reativar a nossa economia. O preço alto dos combustíveis está encarecendo o preço dos transportes, do arroz, do gás de cozinha. Temos 14 milhões de desempregados. Esses, sim, são problemas aos quais precisamos nos dedicar e nos esforçar para buscar soluções conjuntas. Essa é a principal função do Legislativo.

Vejo aqui Deputados discursando, brigando com esse, com aquele, brigando com Ministro, com Presidente, com Governador, sendo contra isso, contra aquilo, contra a urna, enfim. O debate faz parte da nossa atividade, mas a população quer soluções para a pandemia, porque ela está com medo. Ela quer a recuperação da economia, a geração de empregos. Nós precisamos de projetos de desenvolvimento. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, precisa apresentar ao Brasil projetos de desenvolvimento para gerar emprego e renda.

O Congresso tem feito a sua parte, tem votado importantes projetos aqui, projetos para combater a pandemia, para combater os efeitos da pandemia e outros projetos importantes, segundo o Ministro da Economia, como o da reforma da Previdência, o da autonomia do Banco Central, o da privatização da ELETROBRAS, o da privatização dos Correios. Nós temos dado as ferramentas para que o Ministro possa fazer a nossa economia prosperar e estamos dispostos a votar quantos projetos forem necessários, como o da reforma tributária, tão importante. Mas o Ministro Paulo Guedes tem que chamar os Governadores para conversar, tem que se reunir com eles, porque temos que chegar a um norte sobre as reformas, porque o próprio

Ministério da Economia não tem claro que reforma administrativa seria a ideal para o Brasil neste momento. E não é só o Ministério da Economia que vai ter a solução.

Temos que ter uma solução conjunta, ouvindo especialistas, trazendo os Governadores para uma conversa, reunindo os Líderes, para encontrarmos o melhor caminho. Considero necessária a reforma administrativa, mas é uma reforma polêmica. Não dá para dizer que hoje está ideal a forma de se contratar e de se administrar Municípios, Estados e União. Nós precisamos aperfeiçoar, modernizar o Estado. Por isso é necessária a reforma administrativa, sim, ouvindo os Líderes, chegando a um consenso naquilo que é possível.

Eu acho que temos que nos dedicar mais a buscar soluções para os problemas que há em vez de criarmos outros problemas.

Sr. Presidente, peço, por favor, que V.Exa. autorize que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 27/29

70.2021.B	Sessão Outro Evento	25/08/2021-13:12
Publ.: DCD - 26/08/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do 60º aniversário de criação do Movimento da Legalidade, liderado pelo ex-Governador Leonel de Moura Brizola. Resistência da União Nacional dos Estudantes - UNE ao movimento golpista contra o ex-Presidente João Goulart. Posse da nova diretoria da entidade. Incompetência administrativa e falta de empatia do Presidente Jair Bolsonaro com o povo brasileiro. Descaso do Presidente da República com os profissionais de saúde, atuantes na linha de frente de combate à Covid-19. Propósito do mandatário do País de promoção de golpe de Estado. Escalada do desemprego, elevação dos índices inflacionários e dos preços de alimentos no Brasil. Expectativa quanto à votação, pela Câmara dos Deputados, de proposições destinadas ao bem-estar da população e ao desenvolvimento brasileiro. Defesa da taxação de lucros e dividendos e de desoneração da folha de pagamento empresarial.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nobres colegas, povo que nos acompanha pela TV Câmara, eu quero lembrar aqui um acontecimento muito importante, o

Movimento da Legalidade, que está completando 60 anos. Esse movimento foi liderado pelo grande brasileiro Leonel de Moura Brizola, que resistiu ao golpe de parte da elite brasileira daquele momento, que queria evitar a posse do Presidente eleito João Goulart, e foi um movimento fundamental para garantir a legalidade, para garantir o Estado de Direito.

Naquele momento, houve uma instituição também muito importante na resistência, liderando atores que são sempre vanguarda nas grandes transformações do País, os nossos jovens estudantes. A sua entidade mais reconhecida, a União Nacional dos Estudantes, cuja posse da nova Diretoria acontecerá hoje, fez um ato também muito importante, ao transferir a sua sede para Porto Alegre, a fim de resistir àquele movimento golpista contra o Presidente legitimamente eleito João Goulart.

Isso tem muito a ver com a nossa conjuntura. Nós temos um Presidente da República incapaz, irresponsável, que não tem nenhuma empatia pelo nosso povo. Estamos há quase 2 anos em pandemia, e ele nem sequer visitou um hospital ou agradeceu aos profissionais da área da saúde. Pelo contrário, ontem ele recorreu ao Supremo Tribunal Federal contra o direito à indenização desses profissionais, uma indenização que jamais vai reparar os danos que sofreram, porque é impossível repará-los. Muitos perderam a própria vida, lutando na linha de frente para salvar os nossos compatriotas.

E o Presidente da República, que pensa em organizar um golpe no País, pensa em destruir a nossa democracia, não tem compromisso com o Brasil e com a luta contra aqueles que eu chamo de inimigos concretos do povo brasileiro: o desemprego, a carestia, o alto preço dos alimentos para o nosso povo, a inflação para os mais pobres. No preço de alguns alimentos, a inflação já passou da casa dos 60% só no ano de 2021.

Portanto, nós precisamos nos lembrar da nossa história, porque vamos resistir a isso. Nós queremos mudanças profundas no Brasil. É por isso que exercemos aqui a nossa atividade parlamentar, na esperança de construir uma nova perspectiva para o País.

Espero que esta Câmara dos Deputados possa pautar projetos importantes, projetos que poderão ajudar inclusive o Governo. Acho que é fundamental taxar lucros e dividendos e liberar de tributos, por exemplo, a folha de pagamento das empresas, o capital produtivo. Nós temos que permitir novos investimentos e, cada vez mais, fazer um sistema tributário mais justo.

Então, Presidente, seguimos na luta por um País cada vez melhor, mais democrático e que possa promover uma grande transformação

social, uma inclusão social. A grande independência deste País, sinceramente, se dará com um novo sistema tributário, mais progressivo, um sistema que desloque a tributação do consumo, da folha de pagamentos e do capital produtivo para o capital especulativo, a renda e o patrimônio.

Peço que o meu discurso possa ser divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Presidente.

Documento 28/29

96.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/08/2021 - CD 11:28	
Publ.: DCD - 27/08/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de relevantes proposições de interesse do País e da população brasileira. Realização das reformas tributária e administrativa. Proposta do orador de convocação de nova Assembleia Nacional Constituinte. Usurpação, pelo Poder Judiciário, de prerrogativas dos Poderes Legislativo e Executivo. Elaboração do novo Código Eleitoral e das regras das futuras eleições brasileiras. Interferência do Poder Judiciário no processo eleitoral brasileiro. Repúdio ao ativismo político do Supremo Tribunal Federal. Luta do Presidente Jair Bolsonaro pela transparência nas eleições brasileiras. Liberação pelo Presidente da República, por meio de medida provisória, de 20 bilhões de reais para a compra de vacinas contra a Covid-19. Morosidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA na autorização da compra de imunizantes.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, nobres colegas, nós estamos agora perto da volta dos trabalhos presenciais aqui nesta Casa, buscando produtividade no sentido de aprovar as matérias que o Governo precisa, que o Governo deseja e que o Governo legitimamente eleito quer implementar.

Nós aprovamos muitas matérias aqui, até agora, desde que o Presidente Bolsonaro assumiu a Presidência da República. Começamos pela reforma da Previdência. Nós já estamos encaminhando a reforma administrativa e a reforma tributária. Projetos importantes como os da cabotagem, licenciamento ambiental, regularização fundiária, Banco Central independente, depósitos

voluntários e tantos outros visam melhorar o Brasil, visam dar agilidade ao Governo, visam dar celeridade à tramitação da burocracia. O GovTech, governo tecnológico, também foi alvo do nosso trabalho, a questão de tantas melhorias no sentido da velocidade com que as empresas podem ser abertas no País.

E temos que fazer sim a simplificação tributária, isso é muito necessário. Hoje, as empresas brasileiras gastam muitas horas de trabalho de seus funcionários cuidando de pagar corretamente os impostos, de tentar pagar corretamente os impostos. Esse é um problema que nós temos que enfrentar. E vamos enfrentá-lo nas simplificações que estão sendo feitas na fusão de impostos como PIS/COFINS, na CBS -- Contribuição sobre Bens e Serviços e em tantas outras matérias que o Governo tem encaminhado aqui para esta Casa.

Nós vivemos, obviamente, um momento de debate de ideias, de posicionamentos. O Presidente Bolsonaro tem ideias muito claras, defende fortemente os valores da família, trabalha com uma lógica muito objetiva de um governo liberal, de um Estado mais leve, mais eficiente, com meritocracia, com capacidade de premiar aqueles servidores que têm um desempenho mais adequado no seu trabalho, o que hoje não é possível dentro das normas constitucionais que nós temos.

Eu tenho clareza de que ainda precisamos fazer muitas reformas na nossa Constituição. Eu mesmo já propus uma nova Assembleia Constituinte e estou com o projeto do plebiscito pronto para ser apresentado.

Neste momento de grande conturbação, de desarmonia entre os Poderes, o Poder Judiciário tem ultrapassado seus limites, tem avançado sobre prerrogativas que são exclusivas do Poder Legislativo e sobre prerrogativas que são exclusivas do Poder Executivo. O Supremo Tribunal Federal procura decidir sobre tudo, não percebe que está causando desarmonia na nossa Nação. Nós legisladores, obviamente, temos que ter muita atenção, porque na verdade o Supremo legisla em nosso lugar com as suas decisões e, muitas vezes, desfaz as nossas decisões ou simplesmente as arquiva com uma canetada monocrática, de um de seus membros, jogando a matéria na gaveta. Então, nós temos, sim, que buscar, com uma ação objetiva, a harmonia entre os Poderes. O Legislativo, o Executivo e o Judiciário são Poderes iguais e devem ser tratados assim. Estamos buscando fazer com que isso seja efetivo na nossa sociedade.

Estamos tratando do novo Código Eleitoral, estamos tratando das regras para as eleições. Na última eleição, por exemplo, as cotas de recursos para candidatos negros, pardos e amarelos foram decididas

depois das convenções partidárias. O Judiciário interferiu no processo eleitoral, depois das convenções realizadas. Não é cabível esse tipo de ação.

Nós não queremos afrontar o Judiciário. O Judiciário tem o seu papel na sociedade, tem a sua atribuição constitucional, mas não pode ultrapassá-la e interferir em prerrogativas que são exclusivas de outros Poderes.

Nós estamos vendo agora decisões monocráticas. Um Ministro entende de uma forma, outro entende de outra. Não se procura harmonizar o processo decisório dentro da instituição Supremo Tribunal Federal, que, aliás, tem excelentes Ministros, muito bem preparados, muito qualificados. Mas o ativismo político do Judiciário tem que ser repreendido. Não podemos permitir o ativismo político do Judiciário. O Judiciário implementa uma regra, o Judiciário não ganha eleição nem perde eleição. Ele aplica a regra. Quem disputa é que ganha ou perde eleição. Portanto, o Judiciário não tem que ter preferência por essa ou aquela regra. É isso.

Então, quando o Presidente Bolsonaro fala de mais transparência nas eleições, ele tem aderência. A população quer mais transparência nas eleições. Quem não quer mais transparência em tudo? O Supremo defendeu que era perfeito o sistema. Uma semana depois de votada aqui a matéria, que, apesar de ter tido maioria de votos na Câmara dos Deputados, não passou, porque era emenda constitucional, o Ministro Barroso vem aperfeiçoar o perfeito, vem apresentar melhorias no sistema que já era perfeito, segundo ele dizia. Então, essas incoerências, essas incongruências, essa tentativa do Supremo de ficar de bem com a opinião pública não se verifica. Eles têm cargos vitalícios, eles estão lá para fazer valer o que está escrito na Constituição brasileira. Essas mudanças de interpretação causam grande ansiedade na sociedade.

Como disse, reconheço que os Ministros do Supremo são pessoas qualificadas, habilitadas,

entendo a lógica que se estabeleceu no País, mas é cada um no seu lugar, é cada um com a sua atribuição, é cada um respeitando a harmonia e a independência entre os Poderes. É isso o que eu acho que poderia ajudar a pacificar mais o Brasil neste momento de conturbação.

A pandemia está enfrentada. O Presidente Bolsonaro editou no ano passado uma medida provisória de 20 bilhões de reais, que nós aprovamos nesta Casa. Há dinheiro para a compra de todas as vacinas necessárias, para vacinar todos os brasileiros. Infelizmente, a ANVISA retarda muito a aprovação das vacinas, tem dificultado a aprovação no

Brasil de vacinas que já estão sendo aplicadas em diversos países do mundo, em larga escala, mas é isso o que nós temos. A ANVISA não é governo, a ANVISA é uma agência independente. Então, ela faz aquilo que acha adequado. Temos que respeitar, mas podemos discordar.

É assim que nós pretendemos levar a bandeira do Governo Bolsonaro: com princípios, em linha reta e com objetivo claro.

Documento 29/29

96.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/08/2021-16:04
Publ.: DCD 27/08/2021 -	CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do 54º aniversário de criação da Zona Franca de Manaus e da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Necessidade de discussão de alternativas de incentivo aos investimentos no Polo Industrial de Manaus.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a SUFRAMA e o modelo Zona Franca de Manaus completaram 54 anos de história, com inúmeras lutas, conquistas e desafios registrados desde 1967, quando o Decreto-Lei nº 288 foi publicado pelo Governo Castelo Branco.

Ao longo do tempo, este exitoso modelo de desenvolvimento regional e de proteção das nossas fronteiras se consolidou, e hoje a SUFRAMA é, sem dúvida, o mais importante agente impulsionador da atividade econômica nos Estados da Amazônia Ocidental e no Amapá, com impactos e externalidades positivas, inclusive, em todo o País.

Economicamente sustentável, socialmente justo e ambientalmente responsável, o modelo Zona Franca de Manaus abriga, hoje, um parque industrial moderno e competitivo. Como Parlamentar, tenho

acompanhado, desde o início do mandato, os temas que digam respeito à Amazônia Ocidental como um todo e à Zona Franca de Manaus, em particular, de maneira que vejo com grande satisfação os resultados da mais recente reunião do Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS.

Não há dúvidas de que temos sim avanços significativos a celebrar.

Além dos resultados apurados em relação a investimentos e empregos, que, por si só, já seriam motivos suficientes para comemoração, é preciso reconhecer e parabenizar a SUFRAMA e o Ministério da Economia pela regularidade e previsibilidade nos encontros do conselho até o momento.

Há que se reconhecer que foi implantada uma nova rotina, que trouxe segurança para os investimentos e que, somada aos ajustes e melhorias promovidas pelo conselho nos regulamentos, tem obtido êxito ao dar encaminhamento a soluções para problemas históricos da Zona Franca de Manaus.

Os bons resultados observados reproduzem, a nível local, os avanços e melhorias no ambiente de negócios, fruto de medidas capitaneadas pelo Governo Bolsonaro, de cuja base faço parte no Legislativo Federal.

Por outro lado, embora não se possa deixar de reconhecer os esforços para resolver problemas passados, como representante do Amazonas no Parlamento, não me sinto à vontade para relaxar e observar passivamente a realidade que se aproxima em alta velocidade.

Construída a base macroeconômica, é hora de mirar um pouco mais adiante, no futuro.

Entendo que este conselho, autoridades e a própria sociedade amazônica precisam deixar de pensar a Zona Franca de Manaus no "varejo" e passar a atuar no nível estratégico.

Urge a necessidade de abrir uma discussão que possibilite viabilizar a sobrevivência do modelo de desenvolvimento adotado para a Região Norte do País, em particular a Amazônia Ocidental, de maneira sustentável, inclusive economicamente, ao longo dos próximos anos, frente aos desafios de nosso tempo. Essa discussão deve começar pelo fato de que o Brasil precisa passar a ver a Zona Franca como parte da solução para o desenvolvimento da Nação, e não como um peso a ser carregado pelo contribuinte.

Para que tal mudança no ponto de vista ocorra, precisamos deixar de ver os investimentos realizados na região meramente do ponto de vista

econômico, ou, pior ainda, do ponto de vista fiscal.

A Zona Franca e o Polo Industrial de Manaus são muito maiores do que isso. São política pública de Estado e como tal devem ser tratados; são política pública que possibilitou manter e ocupar extensa parte do território nacional, garantindo a defesa da soberania em uma região ainda isolada e preservada.

As consequências positivas para a sociedade são conhecidas e vão desde a aquisição de produtos, insumos e matérias-primas oriundos das mais diferentes regiões do País, passando pela qualidade de vida das regiões abastecidas pelos "rios aéreos" alimentados pela floresta, até os recordes de safras, que garantem divisas internacionais aos cofres públicos, por conta da regularidade no regime de chuvas geradas pela umidade da Amazônia.

Aquele que se der ao trabalho de mensurar, facilmente irá concluir que a Região Amazônica é credora do restante do território nacional.

Mas não estamos cobrando nada. Apenas lutamos para que as pessoas que aqui habitam possam seguir vivendo com dignidade. E é neste sentido que devem convergir nossos esforços como homens e mulheres públicos.

A ZFM foi pensada para desempenhar papel estratégico e não pode ser reduzida a uma questão meramente matemática.

Trazer indústrias para o meio da selva, visto isoladamente, já seria um feito a ser reconhecido. Mas fazer isso gerando empregos continuamente ao longo de meio século, preservando a floresta em pé, enfrentado desafios de logística e infraestrutura, possui um valor que nem sempre é percebido ou que não se quer ver.

Quando observamos o momento pelo qual passamos ficam evidentes as possibilidades que as novas tecnologias nos oferecem. Mas também salta aos olhos que pouco ou nada está sendo feito para aproveitar as oportunidades.

Em contrapartida, são fatos que não se pode ignorar: a reforma tributária e a abertura comercial em curso, gradual e constante.

Com a redução nos impostos incidentes sobre produtos industrializados e sobre importações, os incentivos para que novos empreendimentos venham a se instalar em Manaus serão reduzidos de maneira proporcional, minando a competitividade do setor produtivo local.

Portanto, se quisermos seguir existindo, já passou da hora de

começarmos a discutir alternativas que possam seguir incentivando investimentos na Zona Franca de Manaus.

Lutar para que passemos a contar com uma infraestrutura adequada é um bom começo. Rodovias, portos e conectividade de qualidade são o básico.

Mas incentivos que extrapolem e invertam a lógica atual precisarão ser adotados.

Por que não passar a recompensar os projetos por emprego gerado, ou por *performance* exportadora, ou por utilização de matérias-primas e insumos locais, ou por uma combinação desses fatores?

Faz sentido a utilização de recursos, inclusive humanos, para seguir analisando, aprovando e controlando PPBs em um cenário de abertura comercial? Ou existe outra forma de se pensar o processo produtivo sem impactar o custo de oportunidade e a competitividade das empresas?

Estou certo de que respostas, ideias e alternativas não faltam, mas o cenário que se avizinha torna imperativo que iniciemos este debate o quanto antes e que o setor produtivo tenha a quem recorrer, com quem discutir e propor.

Afinal, quem optou por produzir, gerar emprego e renda, na Zona Franca de Manaus, assim como no restante do País, precisa ter voz e, mais do que qualquer coisa, necessita de sinalizações claras que permitam agir com a segurança indispensável para viabilizar a continuidade nos investimentos.

Não há país minimamente desenvolvido que não tenha um local onde os setores produtivos, a indústria em particular, possam ter suas demandas ouvidas e suas pautas levadas a sério.

A indústria e o comércio não podem e não admitem mais assistir passivamente ao esvaziamento de suas pautas, enquanto setores que geram um número muito menor de empregos e desenvolvimento encontram facilmente eco diante de suas demandas.

Meu mandato e meu trabalho seguem à disposição de quem produz aqui, mas tenho consciência de que se trata de tarefa demasiadamente grande para ser enfrentada sozinha.

Por isso, conclamo o setor produtivo, a SUFRAMA, o Ministério da Economia, os Governos locais, a academia, os políticos e todos aqueles que amam o Norte e a Zona Franca de Manaus para que ampliemos o debate em busca de alternativas que possam

complementar o modelo de desenvolvimento atual. Se ficarmos aguardando que alguma solução mágica para a competitividade local venha de Brasília, já sabemos como a história terminará.

Esta é uma tarefa, antes de tudo, nossa. E é nesse sentido que ocupo este espaço para me colocar à disposição e colaborar no limite de minhas possibilidades.

A Zona Franca de Manaus é orgulho do Brasil.

Presidente, solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.
